

Reflexos da cortina de ferro na economia do Brasil

- 6 JUN 1988

Lauro Salvador (*)

GAZETA MERCANTIL

Diante da dívida externa brasileira, que anda por volta de US\$ 120 bilhões, toda criança que nasce passa a ser virtual devedora de US\$ 850. Encontra, ao nascer, razoável infraestrutura, até meia envelhecida, mas com ela recebe uma nota de débito, feita de forma bizarra pela geração mais velha.

Significa isso um tipo de penalização dos filhos em benefício dos pais, diferenciando-se do que recomendavam os mais antigos e, inclusive, do que praticou, por exemplo, o sistema socialista soviético, que, implantado em 1917, submeteu a população da época às mais duras privações, para favorecer seus futuros cidadãos.

Foi assim que a União Soviética registrou um modelo de desenvolvimento impositivo, fechando totalmente o seu intercâmbio com o resto do mundo, num isolamento conhecido por cortina de ferro.

Nessa linha, os habitantes da URSS foram mantidos, por longo tempo, menos exigentes ante a cria-

ção de novas necessidades, pois ainda eram induzidos a comparar seu presente nível de vida com os de seus respectivos avós, na maioria pobres campone- ses.

O poder estatal, nesse contexto, apropriava-se de toda a poupança da economia formal do país, e, concedendo pequenos ou até nenhum aumento na renda disponível das famílias, viabilizou grandes investimentos infra-estruturais, transformando a Rússia, nestes últimos sessenta anos, numa potência competitiva dos países que se desenvolveram pelo sistema econômico aberto.

Mas agora a União Soviética e, igualmente, a China da "cortina de bambu" estão buscando abertura, em consonância com a nova realidade, sob o domínio dos meios de comunicação, que, incontroláveis, ultrapassem qualquer barreira que lhes seja imposta.

Parece paradoxal, mas isso tem refletido na economia brasileira, devido ao fato de os investidores internacionais estarem redirecionando investimentos para esses países, que, sain-

do da ortodoxia marxista, se apresentam como alternativas mais sedutoras para aplicações que as nações devedoras e inadimplentes do círculo do intitulado "mundo livre".

Aliás, para o Brasil, outro complicador desse quadro é a prática da conversão da dívida externa em investimentos, administrada com exigências de deságios, postura que dissuade a vinda de capitais foreignos, sob a forma de investimentos diretos ou de empréstimos, porque crédito só é sustentado para quem honra suas dívidas integrais, e nos prazos estabelecidos.

Dentro disso tudo, os investimentos líquidos estrangeiros, segundo dados do Banco Central, estão praticamente retraidos. Tanto é que em 1982 alcançaram a casa de US\$ 2,542 bilhões; em 1985, US\$ 1,263 bilhão; e, em 1986, descrevam para US\$ 247 milhões.

Do mesmo modo, inibiuse a formação da poupança interna, conforme se verifica pelas taxas de investimento sobre o Produto Interno Bruto (PIB), que, atingindo 27% em 1982, se

situou em 1987 em apenas 16% dos US\$ 300 bilhões que compuseram o PIB nesse exercício.

E nesse ponto que se encontra o mais sério impasse da economia do País, pois, com a queda de investimentos, não pode haver desenvolvimento econômico compatível com a necessidade de redistribuição da renda e geração de novos empregos, que só aqui no Brasil não fica por menos de 2 milhões anuais.

Esforços para a solução desse problema conjuntural estão sendo feitos no rumo certo, priorizando o resgate da credibilidade no desempenho brasileiro, a fim de reconquistar o concurso do capital estrangeiro para a retomada do desenvolvimento.

Tal propósito, numa integração do governo com lideranças nacionais autênticas, está definido por uma política de três frentes estratégicas: a sustentação de superávit na balança comercial que garanta, com algumas sobras, o custo dos serviços da dívida, não obstante um superávit de US\$ 12 bilhões, como o projetado para este

ano, represente pesada transferência de recursos e fator de sustentação inflacionária, ora num patamar de 20% ao mês; na redução do déficit público de 7 para 4% do PIB, fonte essa causa principal do alto índice da inflação, e por último, a desregulamentação da economia, ampliando espaço para a livre iniciativa, que está espremida pelo elevado intervencionismo.

Todavia, em cima de tudo isso, para que seja realista a clara opção eleita dentro de um modelo aberto, duas das principais resistências que reagem às mudanças devem ser desarmadas: a dos empresários que desfrutam da reserva de mercado e privilégios cartoriais, que são pela privatização e não pela livre iniciativa; e, em segundo lugar, a da consolidação de interesses estratificados, ao longo dos anos, entre instituições cartelizadas, com a "nomenclatura" nacional.

(*) Economista, ex-vice-presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina.